



VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: FATORES PRECIPITANTES E PERFIL DE VÍTIMAS E AGRESSORES

Celina Márcia Ferreira Ribeiro Barreto de Almeida Rangel¹
Elzira Lúcia de Oliveira²

A violência contra as mulheres, em todas as suas formas manifestas, faz parte da história da humanidade, variando em graus maiores ou menores de acordo com os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais homens e mulheres estão inseridos e no modo como esses elementos se associam em suas vidas. Contudo, os atos ou ações de violência são percebidos de forma distinta entre as diversas sociedades ou mesmo entre segmentos sociais de uma mesma sociedade em decorrência da diversidade cultural. Dessa forma, esse fenômeno se revelou como um problema para a sociedade apenas recentemente, a partir das denúncias dos movimentos femininos que se iniciaram na década de 1960 e do reconhecimento dos direitos das mulheres como Direitos Humanos.

A despeito do desenvolvimento econômico e tecnológico e das profundas transformações ocorridas na sociedade brasileira, a violência contra as mulheres é um fenômeno que ainda persiste e ocorre, principalmente, no contexto das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Relações essas, que são frutos das construções de papéis sociais de ambos, que, desde os primórdios históricos privilegia o homem em detrimento da mulher. O estudo sobre esse tema é de fundamental importância, uma vez que essa sociedade pode gerar ações públicas que promovam a equidade de gênero e autonomia das mulheres para o enfrentamento de toda forma de violência contra a mulher (SAFFITOTI, 2004).

A pesquisa sobre violência contra a mulher pode apontar a magnitude, os fatores de risco, a distinção de grupos mais vulneráveis e as tendências para nortear ações públicas mais eficientes, respeitando as suas causas e especificidades nos seus diversos contextos. Tendo em mente que mulheres diferentes apresentam demandas específicas e vulnerabilidades distintas que podem agravar as manifestações de violência em contextos sociais particulares.

O fenômeno da violência tem repercussões na saúde da mulher, o que lhe imprime caráter de problema de saúde (HEISE, 1994). Neste contexto, a violência contra a mulher é uma questão social e política que tem sido objeto de luta do movimento feminista e outros movimentos de defesa dos

1 Mestre em Planejamento Regional de Gestão de Cidades; professora da Faculdade de Medicina de Campos; médica obstetra do Hospital dos Plantadores de Cana.e-mail: Crangel@censanet.com.br.

2 Doutora em Demografia; Professora Universidade Federal Fluminense; e-mail: elziralucia@globo.com



direitos femininos, bem como tem inspirado o planejamento e a formulação de políticas públicas para sua prevenção, redução e controle.

O objetivo deste trabalho é construir o perfil sócio-demográfico das mulheres vítimas de violência de gênero e dos respectivos agressores, como também, identificar os principais fatores precipitantes da violência contra as mulheres. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se como objeto de investigação empírica dos dados obtidos a partir das fichas de atendimento do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher – NIAM em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Dar-se-á especial atenção, respeitando-se a limitação dos dados, ao vínculo do agressor com a vítima; dependência química (vícios de álcool e drogas) pelo agressor; a estrutura social e familiar das vítimas; as motivações alegadas para a violência; o uso de serviços de saúde, segurança e justiça; as formas e local de violência.

Na segunda seção, discute-se o contexto municipal da violência contra as mulheres e os seus instrumentos de proteção instalados. Na terceira seção, encontram-se os procedimentos metodológicos utilizados e são analisados os resultados obtidos e, por fim, as considerações finais e proposições para o problema da violência contra mulheres são discutidos na seção quatro.

A violência contra a mulher em campos dos goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes encontra-se localizado no Norte do estado do Rio de Janeiro, tinha segundo dados do Censo de 2000, uma população de 406.989 habitantes, sendo composta por 210.278 mulheres e 196.711 homens. No município tem duas Delegacias de Polícia (DP), a 134ª DP localizada no centro e a 146ª DP no bairro Guarus, localizado na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, que corta a cidade.

Em 2007 foram registradas 642 ocorrências de violência contra a mulher, inseridas na Lei 11.340/06, sendo 385 casos registrados na 134ª DP e 257 casos na 146ª DP, segundo dados fornecidos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, 2008, a 134ª DP contou 494 registros e a 146ª DP, 419, totalizando 913 ocorrências, o que indica um aumento de 42,2% em relação ao ano anterior, provavelmente, refletindo um efeito da divulgação da Lei Maria da Penha, encorajando as vítimas a denunciarem os seus agressores.

Instrumentos Municipais Para O Enfrentamento Da Violência Contra A Mulher

A prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes atua em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Superintendência de Direitos da Mulher (SUDIM) e



o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). Com o intuito de viabilizar a Política Pública de Combate à Violência Contra a Mulher, o município criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CONDIM), o Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NIAM) e o Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (NEAM). Todos vinculados à Secretaria Municipal da Família e Assistência Social

O NIAM foi criado em 2000 com o objetivo de prestar assistência social, psicológica e jurídica à mulher acometida pela violência e oferece atendimento à mulher vítima de violência de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 18:00 horas. Após análise do caso, a instituição faz encaminhamentos à Delegacia de Polícia, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Hospital ou Casa Abrigo.

Em 2003, foi inaugurada a Casa Abrigo Benta Pereira com o compromisso de garantir a estada segura e provisória da mulher (e seus filhos menores) que tenham vivenciado situação de violência familiar. Por questões de segurança da vítima e de sua prole, o endereço não é divulgado.

O CONDIM foi criado em 2004 com objetivo precípua de garantir os direitos das mulheres: assistindo, divulgando, orientando, propondo, normatizando, fiscalizando e deliberando sobre assuntos referentes às políticas públicas da mulher e aos direitos da mulher.

O NEAM foi criado em 2007 e funciona de segunda a sexta-feira no horário das 8:00 às 17:00 horas, no segundo andar da 134ª DP Legal. A instituição, que presta o primeiro atendimento dos casos de violência, acolhe e oferece apoio às mulheres para que elas possam vencer o medo e os constrangimentos que, muitas vezes, desmotivam as denúncias dos casos de violência contra as mulheres. Em 2007 foram atendidos 150 novos casos de mulheres vítimas de violência e 17 retornos, totalizando 167 atendimentos no NEAM. Em 2008, o número de atendimento de novos casos foi de 259, representando um aumento de 73% em relação ao ano anterior, que somados aos atendimentos de retornos, totalizou 392 atendimentos, correspondendo a um aumento de 135% em relação ao anterior.

Diante do exposto, a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher exige pensar os espaços de atendimento à mulher de forma integral, incluindo a saúde física e mental articuladas à segurança, assistência jurídica, social, educacional e cultural.

Análise Dos Resultados

Os dados foram coletados a partir de 471 fichas de atendimento preenchidas por meio de entrevistas pelos profissionais da equipe técnica do NIAM. Estas fichas foram disponibilizadas pela



coordenação da referida Instituição. As informações das fichas de atendimento foram digitalizadas e analisadas por meio do aplicativo SPSS 13 for Windows. Para construir o perfil sociodemográfico da violência contra a mulher e dos seus agressores, bem como caracterizar o contexto social da violência, foi realizada uma análise descritiva das variáveis de interesse por meio de frequências simples e cruzadas.

Um olhar sobre o perfil etário das vítimas revela que 70% delas se encontram no auge de sua idade produtiva entre 25 e 49 anos, sendo que 48% se encontram com idade entre 25 a 39 anos, e 22% estão na faixa etária de 40 a 49 anos. Cabe ressaltar que essa distribuição se afunila nos extremos, pois, as mulheres com idade superior a 50 anos respondem por 11% dos atendimentos e as mulheres jovens, aquelas com menos de 25 anos, respondem por 18%.

O fato de ter filhos pode conspirar para que a mulher suporte uma situação de violência por um período maior de tempo. Os dados levantados mostram que 58% das mulheres deste estudo tinham de um a dois filhos, 20% tinham de três a quatro filhos, 10% tinham mais de quatro filhos e apenas, 11% delas não tinham filhos. Dessa forma, o enfrentamento da violência contra a mulher demanda atenção às mulheres e, também, aos seus filhos.

Na maior parte dos casos analisados, os principais agressores são os maridos e companheiros ou ex-maridos e ex-companheiros, cujos percentuais, foram, respectivamente, de 65% e 19% do total de atendimentos. Isso confirma que a violência contra a mulher está muito associada à categoria de violência doméstica e conjugal, levando ao entendimento de um problema de caráter privado, que invisibiliza o fenômeno como problema social e de saúde pública (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, 1999; SAFFIOTI, 1999; SAFFIOTI, 2004).

Embora a maioria das mulheres atendidas (54%) tenham se declarado solteiras, a maioria delas, respondendo por 59% das solteiras e 32% dos atendimentos, referem que as agressões foram provocadas pelos companheiros. Esse dado revela as novas formas de relacionamentos informais e pode ser verificado na Tabela 1. Na categoria outros que respondem por um percentual de 15% do total de atendimentos destacam-se uma diversidade de relacionamentos, tais quais: pais, mães, irmãos, filhos, netos, tios, sobrinhos, primos, genros, noras, sogros, cunhados, cunhadas, madrastas, amantes do marido, vizinhos, colegas de trabalho e médicos.



TABELA 1
PROPORÇÃO DE MULHERES ACOMETIDAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS PELO NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES,
DISTRIBUIÇÃO PELO ESTADO CIVIL E RELAÇÃO DA VÍTIMA COM O AGRESSOR, 2008

Relação da vítima com o agressor	Estado civil da vítima				Total
	Solteira	Casada/união	Outros	S/informação	
Companheiro/marido	0,32	0,29	0,04	0,01	0,65
Ex-marido/ex-companheiro	0,14	0,03	0,03	0,00	0,19
Outros	0,08	0,03	0,03	0,01	0,15
Total	0,54	0,35	0,10	0,02	1,00

FONTE: NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2009.

Quando se cruza o perfil etário das vítimas com o dos agressores, verifica-se na Tabela 2, que o grupo etário que apresenta maior proporção de vítimas de coincidência entre o intervalo etário das vítimas e dos agressores é o de 25 a 39 anos, que representam 28% do total de atendimentos. Observe que em 30% dos casos o agressor é mais velho do que a vítima (acima da diagonal principal), em 53% os agressores têm a mesma idade das vítimas e 14% dos casos as vítimas são mais velhas do que os agressores.

TABELA 2
MULHERES ACOMETIDAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS PELO NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, DISTRIBUIÇÃO PELO GRUPO ETÁRIO DO AGRESSOR E DA VÍTIMA, 2008

Grupo etário da vítima	Grupo etário do agressor					Total
	S/informação	15-24 anos	25-39 anos	40-49 anos	Mais de 50anos	
Sem informação	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,02
15-24 anos	0,00	0,08	0,08	0,01	0,01	0,18
25-39 anos	0,02	0,04	0,28	0,11	0,04	0,48
40-49anos	0,01	0,01	0,05	0,11	0,05	0,22
Mais de 50anos	0,00	0,00	0,02	0,02	0,06	0,11
Total	0,03	0,13	0,43	0,25	0,16	1,00

FONTE: NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2009.

Veja na Tabela 3 que 75% dos agressores trabalhavam enquanto este percentual entre as vítimas é de 52%. Note-se que a situação de fragilidade feminina neste caso não é superada pela inserção no mercado de trabalho, pois, 41% das mulheres que trabalhavam foram vítimas de agressores em igual situação. A inserção no mercado de trabalho é o primeiro passo para a autonomia financeira, entretanto, por si só, não é capaz de promover a autonomia feminina no sentido de libertar as mulheres de todas as formas de violência de gênero. A qualidade do posto de trabalho, que está associado às habilidades do trabalhador vai, em última instância, determinar o grau de autonomia das mulheres. Contudo, grande parte do déficit de habilidades é decorrente problema estrutural de educação no Brasil.



TABELA 3
 MULHERES ACOMETIDAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS PELO NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, DISTRIBUIÇÃO PELA SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO DO AGRESSOR E DA VITIMA, 2008

Situação de Ocupação - Vítima	Situação de Ocupação - agressor		
	Trabalha	Não trabalha	Total
Trabalha	0,41	0,11	0,52
Não trabalha	0,34	0,14	0,48
Total	0,75	0,25	1,00

FONTE: NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2009.

Os programas sociais que visam promover a inclusão aos diversos recursos, como acesso ao crédito, moradia, bolsa-escola, bolsa família, renda mínima, cestas básicas e outros são de fundamental importância na promoção do “empoderamento” das mulheres acometidas pela violência, levando em consideração a crescente “feminização” da pobreza na sociedade (BANDEIRA, 2005, FARAH, 2004). Contudo, os dados revelam que a maioria das mulheres atendidas no NIAM (67%) não recebe benefícios. Apenas 10% recebem a bolsa família e 13% recebem vale alimentação.

A pesquisa revela que os fatores precipitantes relatados nas fichas de atendimento superam o número de vítimas, ou seja, a mesma mulher é agredida em decorrência de mais de um fator. O principal fator é o álcool, respondendo por 45% dos casos. O ciúme representa 22% e as drogas 17%. Os fatores citados em menor frequência foram agregados na categoria outros e representam 42% dos casos. Destacam-se nessa categoria: o autoritarismo, a personalidade e o comportamento agressivo e possessivo do agressor, bem como o descontrole emocional, transtornos mentais e problemas psiquiátricos, problemas de relacionamentos, como: a traição, a suspeita de infidelidade, a recusa da separação, divórcio ou término da relação. Citam-se ainda conflitos familiares como a discordância na educação e cuidado dos filhos, a partilha e a briga por bens materiais da casa, a pensão alimentícia judicial, ameaça de despejo, descoberta da homossexualidade do marido, a prática de jogos de azar e a recusa da mulher a ter relação sexual com o parceiro (Gráfico 1).

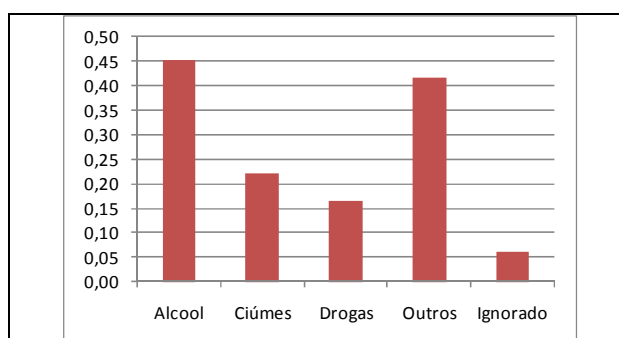


GRÁFICO 1: FATORES PRECIPITANTES DA VIOLÊNCIA/ CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008.
 FONTE: DADOS DO NIAM, 2008

Quando se cruza o perfil etário das vítimas com os principais fatores precipitantes relatados, verifica-se na Tabela 4, que o alcoolismo responde por 48,6% considerando 430 e casos válidos



para essa questão. Veja que este fator é desencadeado, principalmente por aqueles agressores com idade entre 30 e 49 anos, que respondem com uma participação acima da média (50,6%). O uso de drogas é responsável por 4,9% dos casos de violência relatados, ao contrário do alcoolismo, este fator é importante entre os agressores mais jovens, de 18 a 29 anos. Os ciúmes é o fator precipitante de 14,9% dos casos e é importante entre os agressores com idade igual ou superior a 50 anos. Como o nível de significância da estatística qui-quadrado foi 0,042, o resultado sugere que existe uma associação entre o perfil etário do agressor e o fator precipitante da violência.

TABELA 4
 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS FATORES PRECIPITANTES DA VIOLÊNCIA,
 SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO DO AGRESSOR - CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008

Grupos de idade	Fatores Precipitantes %				
	Alcoolismo	Drogas	Ciúmes	Outros	Total
18 a 29 anos	48,2	9,6	14,9	27,2	100,0
30 a 49 anos	50,6	4,1	14,5	30,7	100,0
50 anos e mais	42,7	0,0	16,0	41,3	100,0
Total	48,6	4,9	14,9	31,6	100,0

FONTE: DADOS DO NIAM, 2008

Veja na Tabela 5 que a violência desencadeada por problemas ligados ao alcoolismo e uso da droga por parte dos agressores está, em maior parte, relacionada aos agressores em situação de desocupação. Entretanto, quando o fator precipitante é o ciúme, o agressor, em maior parte está trabalhando. O nível de significância da estatística qui-quadrado foi 0,046, indicando associação entre a situação ocupacional e os fatores precipitantes da violência.

TABELA 5
 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS FATORES PRECIPITANTES DA VIOLÊNCIA,
 POR SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO DO AGRESSOR- CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008

Fator Precipitante	Trabalha		Total
	Não	Sim	
Alcoolismo	49,5	47,7	48,2
Drogas	8,6	3,9	5,1
Ciúmes	8,6	18,0	15,6
Outros	33,3	30,4	31,1
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: DADOS DO NIAM, 2008

As mulheres foram acometidas, concomitantemente, por mais de um tipo de violência, contudo, a ameaça, a lesão corporal e a calúnia e difamação foram os tipos de violência mais praticados contra as mulheres (62%, 54% e 50%, respectivamente, do total de atendimentos). Embora a estatística qui-quadrado não tenha sido significativa, que o alcoolismo desencadeia em maior parte, violência por ameaça (50,9%) e lesão corporal (50,0%). A violência precipitada por problema relacionado a droga é, em maior proporção, do tipo violência moral. O ciúme, por sua vez, desencadeia em maior parte a violência moral e a ameaça.



TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS FATORES PRECIPITANTES DA VIOLÊNCIA SEGUNDO O TIPO DE VIOLÊNCIA COMETIDO - NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008

Fatores precipitantes	Tipos de Violência					Total
	Violência moral	Ameaça	Lesão corporal	Violência psicológica	Outras	
Alcoolismo	45,7	50,9	50,0	35,7	44,4	48,2
Drogas	7,9	5,7	1,3	0,0	0,0	5,1
Ciúmes	17,1	17,0	12,5	14,3	5,6	15,6
Outros	29,3	26,4	36,3	50,0	50,0	31,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: DADOS DO NIAM, 2008

Em que pese, a estatística qui-quadrado não ter revelado associado entre as variáveis, verifica-se que entre as situação de violência com duração superior a um ano, 51,6% foi precipitada pelo alcoolismo. As drogas como fator precipitante parece ser mais importante nas situações de violência com menor tempo de duração. O ciúme está em proporção superior à média nas situações de violência com duração declarada de mais de um mês

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DOS FATORES PRECIPITANTES DA VIOLÊNCIA, SEGUNDO A DURAÇÃO DA VIOLÊNCIA- NIAM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008

Fatores precipitantes	Duração da violência				Total
	Menos de uma semana	Mais de uma semana	Mais de um mês	Mais de um ano	
Alcoolismo	45,9	33,3	39,7	51,6	47,8
Drogas	10,8	8,3	3,8	4,8	5,3
Ciúmes	5,4	16,7	20,5	15,4	15,5
Outros	37,8	41,7	35,9	28,2	31,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: DADOS DO NIAM, 2008

O enfrentamento do fenômeno da violência e a assistência à mulher vítima de violência apresentam uma demanda social diversa e complexa que expressam diferentes realidades e motivações. Dessa forma, é necessário reconhecer e determinar os tipos de recurso e de apoio para que atendam à necessidade dessas mulheres para que elas possam reconstruir a vida, o que na sua maioria demanda uma abordagem multidisciplinar.

Considerações finais

É importante destacar que os dados apresentados, apesar de expressivos, representam apenas os casos atendidos no NIAM, ou seja, uma parcela dos casos denunciados com registros de ocorrência inseridos na Lei 11.340/06, no município.

O principal fator precipitante da violência foi o álcool, seguido pelo ciúme, e que a ameaça e a lesão corporal foram os tipos de violência mais frequentes praticados contra as mulheres..

Abordar a situação de violência é um processo complexo que demanda ações qualificadas, multiprofissionais, articulando os diversos setores envolvidos para apoiar e assistir as mulheres,



promovendo a sua autonomia econômica e emocional, de forma a possibilitar a sua reinserção social e reconstrução das suas vidas. Estes serviços devem articular os setores de saúde, educação, assistência social, segurança e defesa de direitos, garantindo o atendimento das demandas relacionadas a cada caso em questão.

Uma visão mais holística recomenda olhar o fenômeno por todos os ângulos, portanto, deve-se considerar a abordagem do agressor, promovendo a sua reabilitação, tratando a questão do alcoolismo, assim como, a sua re-educação social, no sentido de transformar atitudes e comportamentos que fundamentam a violência na sociedade e gerar novas formas de resolução dos conflitos entre homens e mulheres.

Ainda que o município de Campos dos Goytacazes apresente ações públicas visando à prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher nos dois Núcleos (NIAM e NEAM), o estudo revela que essas instituições apresentam superposição de atuação, pois prestam assistência social, jurídica e psicológica às vítimas. O município proporciona ações de assistência à vítima que se repetem nas duas instituições, porém não oferece assistência 24 horas e finais de semana, permanecendo uma lacuna no atendimento às mulheres vítimas da violência nesse período, o que exige a organização e estruturação dos serviços públicos de modo a atender à demanda local e possibilite a assistência adequada.

No campo das políticas sociais, a Constituição Federal de 1988, que estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres, posteriormente, a Lei Maria da Penha que trata da questão da violência contra as mulheres, configuraram-se como um avanço histórico. Porém, a história da política brasileira demonstra que a existência de uma lei ou política pública não garante sua aplicação e eficácia. Os resultados evidenciam que apesar da ampliação da legislação que protege e assegura o direito das mulheres acometidas pela violência na sociedade, o medo, ainda, predomina e permanece coibindo os registros de ocorrências e os exames de corpo delicto.

Diante da complexidade do problema a ser enfrentado, é necessária a criação de campanhas educativas públicas, mas que não sejam episódicas, para que as mulheres em situação de violência tenham conhecimento dos instrumentos de proteção, reconheçam e exerçam seus direitos. Ao mesmo tempo, também é importante estimular as discussões acerca da problemática da violência contra a mulher, buscando a sensibilização, mobilização e a participação da sociedade na construção de ações públicas para resolução dessa questão.



Bibliografia

- AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985. 176 p.
- BANDEIRA, L. Brasil: *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas Políticas Públicas*. Convênio Secretaria Especial de Política para as Mulheres - SPM e Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Brasília. Janeiro, 2005. Disponível em: < <http://200.130.7.5/spmu/docs/> > Acesso em: 10 de setembro 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003*. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília. Disponível em: < <http://www.cve.saude.sp.gov.br> > Acesso em: 10 julho de 2009.
- BRASIL. *Lei 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 7 abril 2008.
- DESOUZA E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. *A Construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v.13, n.3, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br> > Acesso em: 17 abril 2008.
- FARAH, M. F. S. *Gênero e políticas públicas*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol.12, nº. 1, p.47-71, 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br> > Acesso em: 17 abril 2008.
- HEISE, L. *Gender-based Abuse: the global epidemic*. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1994, v.10 n.1. Disponível em:< <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 14 agosto 2008.
- IZUMINO W. P. *Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero*. 2003. 338 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – USP/ Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2003.
- MILLER, M. S. *Feridas Invisíveis: abuso não físico contra mulheres*. São Paulo: Editora Summus, 1999. p. 282.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Brasília: OMS/OPAS, 2002. Disponível em:<<http://www.paho.org/Portuguese>> Acessado em: 17 abril 2008.
- SAFFIOTI, H.I.B. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol.13 no. 4 Oct./Dec. 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br> > Acesso em: 17 abril 2008.
- SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.151p.
- SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. L. P. *Violência contra mulheres: interfaces com a saúde*. Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.5, 1999.



SOARES, B.M. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320 p.